

Globalização na era digital

Globalization in the digital age

Jorge Ferreira ¹

¹ Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal

Corresponding author: Jorge Ferreira | Jorge.ferreira.73@sapo.pt

DOI: <https://doi.org/10.29073/e3.v11i2.1040>

Received: 01/11/2025 | **Accepted:** 12/12/2025 | **Published:** 30/12/2025

RESUMO

A globalização representa um elemento nuclear na evolução das relações internacionais, bem como na reconfiguração dos vínculos económicos, sociais e culturais. Vive-se numa era caracterizada pela circulação global de múltiplos fatores, muitos dos quais apresentam natureza irregular, imprevisível, diversa e adversa. Face a esta realidade, impõe-se a necessidade de restabelecer normas comuns de governação. Trata-se de um processo que suscita reflexões e inquietações, exigindo respostas rápidas e adaptadas a diferentes escalas - local e global. Este estudo fundamentado numa revisão bibliográfica, tem como propósito desenhar uma narrativa sobre os impactos atuais e potenciais da globalização, considerando tanto os aspetos positivos quanto os negativos. Espera-se que este ensaio possa contribuir, de forma positiva e construtiva para uma compreensão crítica e multidisciplinar do fenómeno.

Palavras-chave: Economia, Globalização, Fragmentação, Digital.

ABSTRACT

Globalization represents a core element in the evolution of international relations, as well as in the reconfiguration of economic, social, and cultural ties. We live in an era characterized by the global circulation of multiple factors, many of which are irregular, unpredictable, diverse, and adverse in nature. Faced with this reality, the need to re-establish common norms of governance is imperative. This is a process that raises reflections and concerns, demanding rapid responses adapted to different scales – local and global. This study, based on a literature review, aims to outline a narrative about the current and potential impacts of globalization, considering both positive and negative aspects. It is hoped that this essay can contribute positively and constructively to a critical and multidisciplinary understanding of the phenomenon.

Keywords: Economy, Globalization, Fragmentation, Digital.

RESUMEN

La globalización representa un elemento central en la evolución de las relaciones internacionales, así como en la reconfiguración de los vínculos económicos, sociales y culturales. Vivimos en una era caracterizada por la circulación global de múltiples factores, muchos de los cuales son irregulares, impredecibles, diversos y adversos. Ante esta realidad, la necesidad de establecer normas comunes de gobernanza es imperativa. Este proceso genera reflexiones e inquietudes, y requiere respuestas rápidas adaptadas a diferentes escalas, tanto locales como globales. Este estudio, basado en una revisión bibliográfica, busca esbozar una narrativa sobre los impactos actuales y potenciales de la globalización, considerando tanto sus aspectos positivos como negativos. Se espera que este ensayo contribuya de forma positiva y constructiva a una comprensión crítica y multidisciplinaria del fenómeno.

Palabras clave: Economía, Globalización, Fragmentación, Digital.

INTRODUÇÃO

A globalização representa um dos fenómenos mais marcantes da contemporaneidade. É um processo multifacetado que abrange dimensões sociais, culturais e políticas, na qual, promove uma crescente interconexão entre países, empresas e pessoas (Giddens, 2000, p.28).

Do ponto de vista económico, a globalização tem sido impulsionada pela liberalização dos mercados, pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, e pelo fortalecimento de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes elementos favorecem o crescimento do comércio internacional, o investimento estrangeiro direto e a internacionalização das cadeias de valor. A digitalização está fortemente ligada à globalização.

Para Anthony Giddens (2000, p.30), a globalização pode ser vista como a intensificação de relações sociais e económicas à escala global, enquanto Roberston (1987, p.23) descreve 'um mundo plano', onde as distâncias geográficas e temporais são cada vez menos relevantes para a atividade económica. Contudo, esta interdependência crescente acarreta riscos, fragilidades e oportunidades.

A globalização é mais do que comércio, negócios ou relações internacionais, envolve a integração crescente de mercados, ideias e valores. Segundo Noronha (2025) trata-se da intensificação das relações económicas e sociais, ligando localidades a eventos e acontecimentos à escala planetária. Malcolm Waters (1999, p.153) defende que vivemos numa 'aldeia global', onde as barreiras geográficas são cada vez menos relevantes.

Já Manuel Carlos Silva (2000, p.289) fala de uma 'modernidade reflexiva', em que os riscos globais (ambientais, financeiros e sociais) tornam-se centrais e virais. Vítor Santos (2003, p.41) introduz o conceito de 'economias sem fronteiras', onde as políticas nacionais cedem terreno à lógica do mercado global.

O aumento do comércio internacional, segundo dados da OMC, o comércio mundial cresceu exponencialmente nas últimas décadas, impulsionando o PIB de vários países. Empresas portuguesas como a Sonae, a EDP ou a Galp expandiram-se além-fronteiras beneficiando deste fenómeno. A mobilidade de capitais e trabalho favorece assim a circulação de recursos dentro do Espaço Económico Europeu (Defarges, 1997, p.14). A revolução digital e o acesso global à internet não só criaram como também desenvolveram novas formas de produção, consumo e interação (Santos, 2001, p.32).

A cultura popular tornou-se assim transnacional, refletindo-se através de diferentes estilos de vida que circulam globalmente. Surgem 'comunidades globais' unidas por interesses partilhados, independentemente da geografia. Contudo, realçam-se alguns desafios e fragilidades. Apesar dos seus benefícios, a globalização também gerou tensões, note-se: (i) desigualdade económica - enquanto alguns países emergem, outros ficam à margem; (ii) deslocalização industrial - setores produtivos abandonam regiões menos competitivas; (iii) vulnerabilidade sistémica - crises económicas, financeiras ou sanitárias podem provocar danos colaterais (Ribeiro, 1998, p.168).

Explorar e questionar a natureza desses conceitos e preceitos, quando se integra e estabelece uma relação de benefício mútuo é pertinente. A permuta é aferida, quando o domínio exterior se conecta com o domínio interior, num diálogo de interesses, limites e contratos. Não se trata de uma orientação intermédia ou intermediária, mas sim de um intervalo que se abre, entre a

dimensão do espaço, do tempo e do ambiente em que se insere a estrutura da sociedade (Noronha, 2025).

O mercado de exportações tem crescido e Portugal tem sido beneficiado pelas políticas externas. A médio prazo o país poderá enfrentar também desafios significativos, como a perda de produtividade, a diminuição da competitividade industrial e o aumento da dependência externa.

Atualmente, a integração económica é impulsionada por algoritmos que se organizam, conectam e otimizam processos à escala global (Robertson, 1987, p.12). Segundo os dados divulgados pelo INE, 19 de dezembro de 2024, referentes às Estatísticas da Globalização, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) das filiais de empresas estrangeiras aumentou 11,3% em termos nominais, em 2023. Transcreve-se a informação:

Em 2023, existiam 10 705 filiais de empresas estrangeiras em Portugal (+2,9% face a 2022), correspondendo a 2,1% do total das sociedades não financeiras. Estas sociedades empregavam cerca de 682 mil pessoas, geraram um volume de negócios de 154 mil milhões de euros e um valor acrescentado bruto (VAB) de 38 mil milhões de euros, o que corresponde a 18,5% do emprego, 29,0% do volume de negócios e 27,8% do VAB das sociedades não financeiras no país (+6,7%, +5,2% e +11,3% face a 2022, respetivamente) (INE, 2023, p.2).

A globalização, enquanto processo de reestruturação das dinâmicas sociais e económicas à escala mundial, evidencia um comportamento marcado pela irregularidade, pela incerteza estrutural e pela heterogeneidade multidimensional. Esta relação não apenas reconfigura os limites físicos e funcionais dos sistemas, como também produz transições contínuas, coerentes e recíprocas.

O papel dos negócios e das relações internacionais revelam-se assim fundamentais na construção de pontes interculturais e na definição de estratégias que reforçam a presença de Portugal no sistema económico global. Deste modo, seria necessário aprofundar o debate e realizar análises às informações estatais e institucionais que sustentam e contextualizam os dados sobre a globalização.

Neste sentido, torna-se relevante estudar a evolução da competitividade da economia através de um indicador compósito, aplicável e comparável também a outros países, de forma a ter dados sobre o impacto da globalização. Essas métricas podem qualificar e, futuramente, ajudar a incorporar novos indicadores e métodos de ponderação sobre a gestão e economia. Este trabalho tem como pano de fundo, realizar um levantamento literário e examinar, à luz das ciências sociais e humanas, os efeitos atuais e potenciais dos desafios da globalização, considerando tanto os aspetos positivos quanto os negativos.

Em súpula, o escopo do ensaio está organizado em três partes. A primeira corresponde à **introdução**, na qual é apresentada a narrativa e o objetivo. A segunda parte, consiste na apresentação da metodologia e na **revisão bibliográfica**, que inclui a leitura integral e análise aos textos selecionados. Por fim, a terceira parte é dedicada às **considerações finais**.

METODOLOGIA

Ao aludir às palavras de Severino (2007, p.123):

A pesquisa exploratória procura apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.

O presente manuscrito tem como propósito estudar as *tensões e desafios de uma economia global*, dissecando conceitos e desafios inerentes ao seu processo de (des)envolvimento. Para além disso, procurou-se oferecer uma análise sobre as posições emergentes que projetam o caminho da evolução social e económica através do INE.

Para a realização do estudo, foi adotada uma metodologia exploratória baseada na seleção de fontes relevantes, incluindo artigos científicos, livros e relatórios técnicos. A análise do material selecionado ocorreu de forma sistemática, com o objetivo de identificar conceitos-chave, tendências e debates contemporâneos na área. Essa abordagem permitiu a construção de uma base teórica sólida para fundamentar a pesquisa.

O ensaio foi conduzido de forma detalhada, com o objetivo de evidenciar a relevância do conteúdo estudado. Este trabalho procurou não apenas enfatizar o tema, mas também enquadrar a sua evolução e permanência no debate atual.

REFERENCIAL TEÓRICO

A globalização tem sido acompanhada, por um avanço contínuo da ciência, da economia e da tecnologia, elementos que moldaram de forma decisiva as transformações sociais das últimas décadas. Sem o desenvolvimento científico-tecnológico, grande parte das mudanças que hoje estruturam o nosso quotidiano simplesmente não teriam ocorrido. Essa dimensão foi inicialmente concebida e associada a uma visão otimista e missionária, sustentada pela expectativa de que o progresso técnico promoveria melhorias significativas no bem-estar individual e coletivo, traria também benefícios universais e produziria efeitos amplamente positivos.

Nesse contexto, a tecnologia passou a ser vista como uma força capaz de remodelar o mundo, redefinir práticas sociais e culturais e influenciar, direta ou indiretamente pessoas através da IA, em prole da economia. O cenário apresentado constitui uma base descritiva relevante para compreender de forma crítica e construtiva a interdependência entre globalização, inovação tecnológica e os desafios que delas decorrem para as sociedades modernas (Noronha, 2025).

Dentro dessa linha de raciocínio, destaca-se a fragmentação como sendo um processo que contraria a lógica integradora da globalização, revelando-se através da **divisão, exclusão e isolamento** de regiões ou grupos sociais. Ela pode manifestar-se, em diversas formas, como por exemplo: barreiras comerciais, conflitos culturais, segmentação digital e até mesmo na quebra de consensos internacionais (Delmas-Marty, 1999, p.132).

Ora, as principais causas negativas são as desigualdades na distribuição dos benefícios e recursos, embora a globalização tenha gerado crescimento económico, os seus frutos não foram equitativamente distribuídos. Regiões periféricas, populações menos qualificadas e setores tradicionais e conservadores são muitas vezes excluídos desse processo, fomentando assim ressentimento e polarização (Giddens, 1990, p.64). É neste sentido que se ergue o sentimento identitário e da desconfiança em relação às instituições globais e às políticas que privilegiam o mercado interno em detrimento da cooperação internacional (Stiglitz, 2002, p.43).

As crises económicas e sociais dão assim origem a instabilidade, desemprego, perda de soberania e de identidade cultural - como conflitos ou recessões - acentuando o desejo de controlo e proteção local, enfraquecendo mecanismos multilaterais.

A globalização e a fragmentação não são processos mutuamente exclusivos - muitas vezes **ocorrem em simultâneo**, influenciando-se reciprocamente. Este paradoxo está presente em quase todos os domínios: da economia ao ambiente, da tecnologia à política (Hespanha, 2001, p.169). Como refere **Manuel Castells (2007, p.45-49)** vivemos numa era de redes onde a interconectividade global convive com identidades locais que resistem à homogeneização. A fragmentação, no entanto, pode ser vista também como uma **força de equilíbrio** ou **de reação**, procurando preservar singularidades ameaçadas pela lógica global (Roberston, 1987, p.23).

Ainda em relação à economia e às empresas, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a 19 de dezembro de 2024, note-se:

Em termos médios, cada filial empregava 64 pessoas, um valor significativamente superior à média das sociedades nacionais, que foi de cerca de 6 pessoas. Entre 2022 e 2023, o peso das pessoas ao serviço das filiais de empresas estrangeiras face ao total das sociedades aumentou (+0,1 p.p.), registando-se um aumento de cerca de 43 mil pessoas ao serviço nas filiais estrangeiras) (INE, 2023, p.4).

Com base nas premissas apresentadas, surgem algumas inquietações de movimentos extremistas (direita ou esquerda) que procuram cenários caóticos ou injustos das políticas globais para justificar os seus fins (Stiglitz, 2002, p.43). A fragmentação limita, ou melhor, enfraquece a globalização. Assim sendo, a fragmentação compromete os avanços e benefícios da globalização. Não deixa de ser pertinente analisar as teorias económicas sobre *'a ideia de que os preços sobem com expectativas e caem quando as notícias se confirmam'*.

Portanto dentro deste pensamento, torna-se necessário perceber quais os pontos que servem de reflexão para medir os impactos e efeitos, note-se: (i) a fragmentação cria barreiras comerciais e políticas protecionistas que reduzem a circulação de bens, capitais e ideias; (ii) faz rutura tecnológica (ex.: IA, telecomunicações) e cria ecossistemas isolados; (iii) fomenta o enfraquecimento de organizações multilaterais, como a ONU ou a OMC, diminuindo a capacidade de governança global. Essa fragmentação dificulta a cooperação internacional em temas cruciais como clima, saúde pública e segurança, onde soluções globais são essenciais (Robertson, 1992, p.11). O capitalismo desregulado tem, em certa medida, também prosperado à custa das políticas económicas globais mal coordenadas (Giddens, 1990, p.64).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística sobre filiais de empresas estrangeiras, verifica-se que estas representam uma parcela significativa da atividade económica em Portugal, evidenciando o impacto da globalização económica no tecido empresarial nacional:

Em 2023, o VAB das filiais de empresas estrangeiras cresceu 11,3% em termos nominais (+19,9% em 2022). Este crescimento contrasta com o das sociedades nacionais, cujo VAB aumentou 14,6% (+18,1% em 2022). Do total do VAB gerado pelas filiais de empresas estrangeiras, as de grande dimensão (652 sociedades) contribuíram com 65,7% do total do VAB gerado por estas empresas. A maior parte do VAB (67,0%) foi gerada por sociedades controladas por entidades sediadas na União Europeia, destacando-se a França como o principal país de origem do controlo de capital (15,6% do VAB) (INE, 2023, p.10).

Na sequência e consequência da fragmentação institucional e política, verificam-se outras limitações que potenciam efeitos menos positivos da globalização e que ampliam os seus riscos. Nesta circunstância, destaca-se informações relevantes disponibilizadas pelo INE:

No mesmo ano, a produtividade aparente do trabalho e a remuneração média mensal por pessoa ao serviço das filiais de empresas estrangeiras foram superiores em 67,0% e 42,5% às observadas nas sociedades nacionais, atingindo 55 674 euros e 1 745 euros, respetivamente) (INE, 2023, p.8).

Convém recalcar que as relações internacionais são pontes para o reforço estrutural e cultural do sistema económico global. Nesse sentido, advoga-se que os políticos e governantes reconheçam esse compromisso e assumam o dever de promover o debate de ideias sobre as importações e exportações, bem como sobre estratégias que mitiguem os riscos de fragmentação e os impactos da globalização na economia nacional (Noronha, 2025).

Paralelamente, as autoestradas da informação tornaram-se numa alavanca estratégica, funcionando como um pilar central para as organizações inovarem e responderem rapidamente às exigências do mercado. A intensificação tecnológica possibilita assim a reconfiguração dos modelos produtivos, permitindo ganhos significativos de eficiência, celeridade e capacidade adaptativa em relação aos ciclos económicos globais. As TIC tornam-se, instrumentos indispensáveis à otimização de processos industriais e comerciais (Blanchard, 2017).

Em complemento ao que já foi mencionado, a integração tecnológica exige níveis elevados de qualificação, literacia digital e capacidade institucional. As sociedades com défices estruturais, enfrentam assim dificuldades em acompanhar a velocidade das transformações computacionais. Tal incapacidade converte-se, em desvantagem competitiva (Todaro; Smith, 2020).

Se por um lado, a incorporação das TIC revela-se num fator positivo, por outro lado, também há impactos negativos, principalmente ao nível ecológico. Este ponto merece ser aprofundado. A expansão do comércio e da produção em escala global provoca o aumento das emissões de CO₂ decorrente de vários fatores, intensificando o desmatamento territorial para a ampliação da produção agrícola, agravando a poluição de rios, solos e da atmosfera, fazendo acelerar a exploração excessiva dos recursos naturais e ambientais (Chang, 2022).

Numa outra lente sociológica, a concentração geográfica das atividades de investigação, produção e gestão de tecnologias avançadas - predominantemente sediadas em economias desenvolvidas - favorece a apropriação assimétrica dos seus benefícios. Esse desequilíbrio manifesta-se, nomeadamente, na migração de profissionais altamente qualificados provenientes de países periféricos, fenómeno amplamente descrito como 'fuga de cérebros', já assinalado no Relatório do PNUD (2001).

A saída de capital humano especializado fragiliza as capacidades endógenas de inovação e compromete a sustentabilidade do crescimento económico dos países emissores, dado que o desenvolvimento está intrinsecamente vinculado ao nível de qualificação da sua força de trabalho (Chang, 2022). Ora, diversos estudos indicam a existência de correlações significativas entre a economia, fluxos de investimento e o desenvolvimento de processos de inovação, sugerindo que a continuidade desses estímulos seja determinante para o fortalecimento da capacidade competitiva e tecnológica.

Não cabe, neste ensaio, deter todas as evidências que indicam um elo entre a inovação e o desenvolvimento. Contudo, é de salutar que a inovação e o desenvolvimento reforçam a competitividade ao impulsionar novos desafios, processos e ganhos de produtividade.

Apesar da acumulação de capital produtivo impulsionar o crescimento económico sobretudo quando direcionado para investimentos mais eficientes, como tecnologias e I&D, também gera outras oportunidades e mais-valias. Torna-se assim, fundamental investir em sectores nucleares da sociedade como a educação e formação para fazer face ao flagelo da globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI é marcado pela coexistência paradoxal entre globalização e fragmentação. Enquanto a primeira promove a integração económica, tecnológica e cultural à escala planetária, a segunda emerge como força reativa, expondo desigualdades, tensões geopolíticas e fragilidades sistémicas. O mundo global não é homogéneo - é uma rede dinâmica de fluxos e fraturas (Stern, 2000, p.248). A posição periférica de Portugal na União Europeia, aliada à sua natureza de cariz de liberal, torna o país especialmente vulnerável às flutuações e tendências impostas pela globalização.

Dentro deste pretexto e contexto, a identidade é moldada pela geografia, pela cultura e pelo património que unem um povo. São essas características que se refletem na sua estratégia, capaz de potenciar a competitividade e atrair investimento externo (Soros, 2003, p.18).

A presença de **filiais de empresas estrangeiras** representa uma alavanca para a economia portuguesa, sobretudo ao nível da tecnologia, organização, gestão, recursos, inovação e desenvolvimento. Apesar dos benefícios aparentes, persistem riscos significativos relacionados com o aumento do capital especulativo e da deslocalização produtiva para mercados com maior competitividade e menores salários. Para além disso, a dependência (ou ausência) de políticas públicas e estratégias empresariais pode fragilizar toda a sua infraestruturas, observe-se:

As filiais com perfil exportador, que representaram 43,3% do VAB total destas empresas, registaram um crescimento de 14,4% no VAB, acima dos 9,0% observados nas filiais sem perfil exportador (INE, 2023, p.8).

De forma contundente, a digitalização e globalização colocaram o mundo em transformação. Se por um lado a geografia humana e física ajudou, por outro lado, o baixo investimento tecnológico limitou o desenvolvimento das nações e do tecido empresarial.

Portugal tornou-se, assim, vulnerável a choques externos. Crises económicas, em parceiros como Espanha, Alemanha ou França podem afetar fortemente o desempenho nacional (Santos, 1997, p.7). Setores como o turismo, a construção e a produção vinícola, entre outros, tornam a economia nacional particularmente vulnerável a oscilações sazonais, dada a elevada dependência destes ramos de atividade de ciclos específicos de procura e condições externas variáveis.

Num mundo cada vez mais globalizado, observa-se uma potencial perda de influência nas decisões europeias, particularmente num cenário de fragmentação ou polarização do projeto comunitário, o que acarreta implicações diretas na capacidade dos Estados-membros de atuarem de forma coordenada num sistema económico internacional cada vez mais competitivo e multipolar (Hirst; Thompson, 1999, p.1-18).

Nesta conjuntura, a economia enfrenta riscos estruturais inerentes a uma elevada dependência de mercados externos, tornando-se mais exposta às oscilações da economia planetária, às cadeias de valor transnacionais e às dinâmicas geopolíticas que condicionam fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos.

As empresas que utilizam a inovação, o desenvolvimento, a criatividade, a ciência, a arte no sentido de melhoria e diferenciação dos seus produtos e serviços obtêm sem dúvida um maior desempenho do que a concorrência. Esse barómetro, é feito através da medição da 'quota de mercado, rentabilidade, crescimento ou capitalização de mercado' (Tidd; Bessant; Pavitt, 2003, p.8).

A inovação deve comprometer a cúpula da gestão e envolver toda a estrutura organizacional. Os dados divulgados pelo **Instituto Nacional de Estatística evidenciam o nível de exportações:**

As exportações das filiais de empresas estrangeiras corresponderam a 37,9% do total das exportações nacionais de bens e diminuíram 56 milhões de euros em relação ao ano anterior (-0,2%), invertendo a trajetória de crescimento dos anos anteriores (+20,8% em 2022). O mesmo aconteceu com as exportações totais do Comércio Internacional, que recuaram 1,4% (+23,2% em 2022) (INE, 2023, p.15).

Para uma melhor compreensão deste fenómeno e dos seus efeitos, recorreu-se à análise dos dados do INE, nomeadamente do Sistema de Contas Integradas das Empresas, com o objetivo de obter uma visão mais clara e rigorosa das dimensões empresariais, das remunerações e da produtividade a nível nacional.

Tabela 1 - Indicadores das filiais de empresas estrangeiras e sociedades nacionais, por dimensão 2023

Desagregação	Sociedades	Dimensão média	Remuneração média mensal	Produtividade aparente do trabalho
	N.º		Euros	Euros/pessoa
Filiais de empresas estrangeiras	10 705	63,7	1 745	55 674
<i>Dimensão</i>				
Micro	5 831	2,1	2 315	52 594
Pequena	2 643	18,9	2 103	73 042
Média	1 579	86,6	1 935	63 342
Grande	652	740,8	1 645	51 786
Sociedades nacionais	502 046	6,0	1 225	33 333
<i>Dimensão</i>				
Micro	447 762	2,2	980	21 869
Pequena	46 588	18,1	1 197	31 677
Média	6 798	86,8	1 370	38 666
Grande	898	629,7	1 491	50 593

A narrativa deste ensaio realça que não estamos diante de um capitalismo em transformação, mas sim de um **novo regime tecnofeudal**.

A estrutura de poder da globalização não se baseia apenas na propriedade dos meios de produção, como no capitalismo tradicional, mas no **controlo privilegiado dos fluxos de dados e de infraestruturas digitais**. O novo regime nasce da gestão algorítmica, sustentado pela economia virtual conforme argumenta Byung-Chul Han (2018). Hoje, o poder da informação não se exerce por meio da interdição direta, mas pela manipulação invisível dos algoritmos.

Indo um pouco mais além, o modelo assente na livre circulação de mercado está a ser, gradualmente, substituído por outro em que o valor económico deriva, cada vez mais, do monopólio sobre o acesso e o controlo dos fluxos de informação (Zuboff, 2018). Há uma convergência digital e global marcada por novos paradigmas económicos. Trata-se de uma lógica simbólica que dinamiza processos (de liberalização, legalização e despenalização de produtos e serviços), reconfigurando também estratégias económicas e financeiras à escala universal. Em boa verdade, este fenómeno não se restringe só ao capitalismo digital (Noronha, 2025).

Por conseguinte, a economia portuguesa permanece estruturalmente exposta a dinâmicas externas complexas, determinadas por procedimentos e práticas de reconfiguração de valores, volatilidade de mercados e crescente interdependência de tecnologias emergentes e da gestão modelar. Esta condição de vulnerabilidade decorre, em larga medida, devido ao posicionamento político, bem como da sua dependência monetária externa.

Adicionalmente, pode-se afirmar que a consolidação da globalização se configura como um eixo estrutural e estruturante da trajetória económica nacional e europeia, sobretudo perante as limitações e constrangimentos que caracterizam o quadro contemporâneo (Blanchard, 2017).

As transformações globais associadas à era digital marcam um eixo estratégico de elevada relevância para Portugal, uma vez que reconfigura profundamente os padrões de competitividade, estrutura produtiva e dinâmicas socioterritoriais (Castells, 2010; Schwab, 2016).

Junta-se outros constrangimentos estruturais que caracterizam tanto o contexto nacional como o europeu - entre os quais se destacam a baixa natalidade, o envelhecimento demográfico, os défices persistentes de produtividade e as assimetrias territoriais entre o norte e o sul a nível europeu, e entre o interior e o litoral a nível nacional (OCDE, 2021; Eurostat, 2022).

Portanto, fenómenos como a ineficiência na gestão do território, juntamente com os desafios climáticos, ambientais e sociais introduzem pressões adicionais sobre o sistema político e económico que exigem respostas robustas ao nível da governação (Harvey, 2005; IPCC, 2021). Estes fatores produzem impactos tanto na esfera microeconómica - pela necessidade de inovação, digitalização e reorganização das estruturas empresariais - como na esfera macroeconómica, através da redefinição dos modelos de desenvolvimento, das estratégias de competitividade e da capacidade de adaptação a um ambiente global em mutação acelerada (Rodrik, 2011; Blanchard, 2017).

A globalização assenta na máxima de que *'muitos contribuem para poucos'* e *'poucos contribuem para muitos'*, expressando uma dinâmica de interdependência entre indivíduos, nações e sistemas. A cultura global não deixa de ser a alma do esquecimento da cultura local (Han, 2018).

Perante a diversidade de problemas caracterizados por elevados níveis de complexidade, a digitalização, encurta distâncias e acelera novas dinâmicas sociais e culturais. Tecnologias como a inteligência artificial, a computação em nuvem e as redes digitais permitem que produtos, serviços e conhecimento circulem quase instantaneamente, enquanto desafiam modelos tradicionais de trabalho e exigem novas competências e aptidões, suscitando igualmente debates sobre segurança, privacidade e desigualdade.

É neste cenário, em permanente transformação que a interação entre digitalização e globalização redefine fronteiras, impulsiona a inovação e reconfigura as formas de viver, produzir e interagir no mundo contemporâneo (Todaro & Smith, 2020). Assim sendo, nenhum domínio do saber, seja científico ou de outra natureza, pode oferecer a garantia de uma ordem definitiva do real, nem de uma linguagem que o capture de forma absolutamente literal. Toda classificação é sempre um gesto humano - provisório, interpretativo e situado - diante de um mundo que excede qualquer sistema que se tente impor.

REFERÊNCIAS

Blanchard, O. (2017). *Macroeconomics* (7th ed.). Pearson.

Castells, M. (2007). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (Vol. 1, *A sociedade em rede*). Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2010). *The rise of the network society* (2nd ed.). Wiley-Blackwell.

- Chang, H.-J. (2022). *Economics: The user's guide*. Pelican Books.
- Defarges, P. M. (1997). *A mundialização: O fim das fronteiras*. Instituto Piaget.
- Delmas-Marty, M. (1999). A mundialização do direito: Probabilidades e riscos. In A. J. Avelãs Nunes (Ed.), *Perspectivas do direito no início do século* (p. 132). Coimbra Editora.
- Eurostat. (2022). *Demographic statistics – European Union*.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Stanford University Press.
- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford University Press.
- Hespanha, P. (2001). Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In B. de Sousa Santos (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Edições Afrontamento.
- Hirst, P., & Thompson, G. (1999). *Globalization in question*. Polity Press.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Destaque* [Página web]. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=646345927&DESTAQUESmodo=2
- IPCC. (2021). *Sixth assessment report*. Intergovernmental Panel on Climate Change.
- Noronha, M. (2021). A internacionalização empresarial brasileira: A complexidade jurídica como fator estratégico na expansão global. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 1(8). <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i8.2021.934>
- Noronha, M. (2022). A expansão internacional de empresas nacionais sob a ótica jurídica: Benefícios, desafios e impactos na economia local e global. *RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 2(2). <https://doi.org/10.51473/rcmos.v2i2.2022.933>
- OCDE. (2021). *Productivity outlook 2021*. OECD Publishing.
- Ribeiro, J. M. F. (1998). Globalização económica e fragmentação geopolítica: A caminho de um mundo de equilíbrios instáveis e temporários? *Nação e Defesa*.
- Robertson, R. (1987). Globalization theory and civilization analysis. *Comparative Civilizations Review*.
- Rodrik, D. (2011). *The globalization paradox*. W. W. Norton.
- Santos, B. de S. (1995). *Toward a new common sense: Law, science and politics in the paradigmatic transition*. Routledge.
- Santos, B. de S. (2001). Os processos da globalização. In B. de Sousa Santos (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Edições Afrontamento.
- Santos, V. (1997). *Será a globalização um fenómeno sustentável?* Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Ministério da Economia.
- Schwab, K. (2016). *The fourth industrial revolution*. World Economic Forum.

- Silva, M. C. (2000). Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica. In J. M. Leite Viegas & E. Costa Dias (Eds.), *Cidadania, integração, globalização*. Celta Editora.
- Soros, G. (2003). *Globalização*. Temas e Debates.
- Stern, B. (2000). How to regulate globalization? In M. Byers (Ed.), *The role of law in international politics*. Oxford University Press.
- Stiglitz, J. E. (2002). *Globalização: A grande desilusão*. Terramar.
- Tidd, J., Bessant, J., & Pavitt, K. (2003). *Gestão da inovação: Integração das mudanças tecnológicas, de mercado e organizacionais* (C. Tavares, Trad.). Monitor – Projectos e Edições.
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2020). *Economic development* (13th ed.). Pearson.
- Waters, M. (1999). *Globalização*. Celta Editora.
- Zuboff, S. (2018). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

ETHICAL PROCEDURES

Conflict of interest: nothing to declare. **Funding:** nothing to declare. **Peer review:** Double anonymous peer review.



All content of [e³ – Journal of Economics, Business and Entrepreneurship in the CPLP](#) is licensed under *Creative Commons*, unless otherwise specified and in content retrieved from other bibliographic sources.